Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

HOMOAFETIVIDADE: COMO EDUCAR PARA A DIFERENÇA, NUMA SOCIEDADE INTOLERANTE?

Maria Vanisia J. da Silva dos Santos1
Ivonise Maria Cordeiro Mascarenhas2
Rosemaire Mascarenhas Costa3
Ana Lúcia Nogueira da Silva Nascimento4
Luiz Carlos Bastos Da Rocha5
Avelina Pereira Barros6

RESUMO

A família e a escola possuem papel primordial para educar para a diversidade. Infelizmente a luta contra o preconceito e a reprodução de desigualdades é disseminada o tempo todo em nosso meio social. A abordagem das relações de gênero com crianças constitui-se uma tarefa delicada, pois elas aprendem durante sua infância que os meninos são fortes e que as meninas são meigas e quando esse processo é invertido, esses sujeitos são alvo de discriminação. Dentro do princípio bíblico, a homoafetividade é condenada visto que o homem foi feito para a mulher e vice- versa. Apesar de a bíblia mostrar que a heterogeneidade é um processo que deve acontecer entre homens e mulheres, a mídia em contrapartida mostra cenas que chegam a chocar, como os beijos entre pessoas do mesmo sexo, incentivando o homossexualismo e a prática homoafetiva. Neste trabalho, mostrarei o homossexualismo á luz da bíblia e abordarei a homoafetividade numa sociedade intolerante como uma construção de gênero, para que família e escola possam interferir nos processos de preconceito que são marcados pela socialização.

PALAVRAS CHAVES: Bíblia; homoafetividade; educação; família.

[1] Pedagoga pela UAG/UFRPE, especialista em Mídia na Educação pela UFPE e psicopedagoga pela UPE, atuando como profa. da Educação Básica. Email: vanisia.silva@outlook.com
[2] ivonisemcm@hotmail.com
[3] rosemaire.rosas@hotmail.com
[4] ananogueiraa@gmail.com
[5] luizcarlosbastosjr@hotmail.com
[6] avelina.pereira@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Brasil constitui-se um país de povos plurais, no entanto, o diferente[7], geralmente se encontra a margem da sociedade. Nesse contexto, "os diferentes", buscam um lugar de destaque lutando pelos seus direitos e reconhecimento social, enfim, buscam a inclusão.

Fazer parte de uma sociedade que exclui, torna-se difícil, quando se é diferente, pois a inclusão deixa de ser uma preocupação de governantes e passa a ser uma questão fundamentalmente social. Incluir-se e fazer parte, nessa perspectiva torna-se uma questão complexa, se a sociedade não estiver aberta para o novo.

As pessoas homoafetivas, por exemplo, são discriminadas em função da diferença que apresentam em relação ao gênero e apesar de já existirem leis que dão direitos para essas pessoas e da constituição reger que não deve haver quaisquer forma de discriminação, a sociedade ainda continua excluindo.

O artigo 5º da constituição federal (1988, p.15) diz:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

É impressionante como atua a sociedade, quando se remete a padrões de comportamento, pois, esses acabam reproduzindo desigualdades sociais relevantes entre os sexos. Para se fazer valer de um direito, este deve está previsto em lei e mesmo assim, muitas vezes, esse direito é ignorado. No caso das pessoas que resolvem "sair do padrão" identitário, que é construído devido à cultura social na qual está inserida, a luta pela não discriminação é ainda maior, pois, a sociedade é a primeira a excluir, mesmo a constituição mostrando que independente de qualquer natureza, todos são iguais. A escola não age diferente, mesmo sendo a instituição designada para ministrar um ensino coletivo, para todos, ela ainda acaba excluindo, pois sofre vultosas pressões para lidar com a diversidade que terá que atender. De acordo com Rodrigues (2003, p.91-92):

> A escola foi (é?) uma fonte de exclusão para muitos alunos que, quase sempre, viram confundidos com "falta de motivação", "indisciplina", ou "falta de inteligência" a incompatibilidade entre seus valores, ritmos e

[7] De acordo com o minidicionário escolar Aurélio, p.235, diferente quer dizer: que não é igual, que difere, desigual.

> interesses com os que eram veiculados na escola.

No âmbito educacional políticas públicas tem sido implementadas e repensadas com o fito da escola se tornar inclusiva e para que os preceitos constitucionais realmente fluam trazendo uma visão de sociedade justa e igualitária. Quando se pensa em conceito de gênero, faz-se necessário esclarecer que família e escola tem um papel primordial na luta contra as desigualdades sociais. Primeiro porque a família é o primeiro ambiente na qual a menina ou menino atua, e que esta prima por ensinar um padrão de comportamento social a qual esses sujeitos devem seguir; já a escola prepara essas crianças para a cidadania. Porém tudo que foge a regra social é considerado ridículo, por exemplo, ao nascer, o menino é ensinado a fazer coisas de menino: jogar bola, o quarto geralmente é decorado na cor azul, de forma que a menina deve brincar de boneca e seu quarto é decorado de rosa. Quando a criança concebe uma brincadeira que não é considerada de menino ou de menina, os rótulos dentro da própria escola com os coleguinhas começam a aparecer e os corpos começam a ser marcados pela socialização. Mesmo sabendo que o profissional da educação deve interferir nos processos de preconceito e discriminação que porventura venham a acontecer dentro do espaço escolar, ele continua despreparado e o ambiente escolar continua segregador, tendo em vista que socialmente falando, meninos e meninas constituem um modo de pensar e de agir correspondente ao seu gênero. Quando a escola se depara com um comportamento diferenciado e não tenta intervir, educando para um país mais justo e igualitário, as práticas educacionais apontam efeitos devastadores, a evasão passa a ser um evento cotidiano e os alunos sofrem por não existir na escola profissionais que valorizem e que trabalhem com a diferença.

> Se quisermos educar para um mundo mais justo, é preciso que atentemos para não educar meninos e meninas de uma forma radicalmente distinta. Quando as crianças adentram as escolas, elas já passaram por uma socialização inicial da construção do gênero na família. Entretanto, a escola deve está atenta para não permitir a reprodução do preconceito contra as mulheres e contra todos aqueles que fogem a masculinidade hegemônica. SILVEIRA, 2010, p.21.

Diante dessas colocações, o termo inclusão remete a escola e professores alguns sentimentos negativos, tais como: é uma experiência nova, não estou preparado, não estou capacitado para incluir, não vou saber educar para a equidade do gênero,

dentre outros, tornando indiferentes as diferenças.

O termo inclusão deve fluir como um olhar para a mudança, para a adaptação de velhos hábitos, para a quebra de paradigmas e para a transformação da realidade escolar em vista aos alunos homoafetivos[8], pois mesmo que sociedade e família aponte a construção do gênero como um processo social em que o homem é o forte e provedor e a mulher a mãe, a dona do lar, ainda assim a escola necessita embasar na criança que esse cenário pode ser reconstruído, descontruído e modificado para que a busca pela igualdade social atinja o seu ápice. O profissional da educação tem o importante papel de está na escola para atuar na prática pedagógica, buscando subsídios para transformar a realidade escolar e a difícil tarefa de não se omitir diante de cenas explícitas de discriminação e preconceito com o sexismo[9], trazendo a tona uma educação mais aberta e crítica. Nesse sentido, a escola ainda precisa mudar, transformasse para uma realidade que é visível no dia a dia, porém, a transformação da realidade escolar só será possível se a sociedade se tornar mais solidária, mais igualitária e se a construção de estigmas, estereótipos e preconceitos forem sanadas, em qualquer instância, seja ela pública ou privada.

> A escola é um espaço de socialização para a diversidade e para o questionamento da aprendizagem do gênero e da sexualidade, entretanto a invisibilização dessas questões mostra que é necessário um investimento dos/as professores/as em sua formação para aprofundar o debate com os/as alunos/as. SILVEIRA, 2010, p.27.

Daí surge a seguinte indagação: pode a escola educar para a diferença numa sociedade intolerante? A resposta a essa pergunta é simples: A escola deve educar para a cidadania, pois é nessa instância que temos os multiplicadores de tudo que é ensinado. Quando a escola educa para a cidadania, ela está conscientizando para que o que é considerado diferente, não passe por um processo opressor historicamente determinado, para além das diferenças de sexos.

Mesmo que algumas abordagens de gênero já estejam sendo contempladas e sendo alvo de investimento pelo Ministério da educação, os homoafetivos continuam a

[8] É um termo utilizado para descrever relações entre pessoas do mesmo sexo e tem relação com aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa e sexual entre as pessoas. (Glossário produzido pela professora Viviane Silveira).

[9] Atitude preconceituosa que difere homens de mulheres definindo características específicas para cada um, subordinando o feminino ao masculino. (Glossário produzido pela professora Viviane Silveira).

margem dentro da esfera social. Logo, a escola garantir apenas o acesso ao seu interior, não basta, tem que se garantir também os direitos e assim, está atenta as manifestações provindas das práticas sexuais nesse ambiente, mantendo dessa forma, uma concepção respeitosa.

Vários são os caminhos para incluir e a escola é um deles, por isso, me proponho a pesquisar como está sendo a postura do educador na formação dos sujeitos com relação à sexualidade.

Assim, o presente artigo tem o objetivo de pesquisar sobre a homoafetividade e os valores transmitidos pela sociedade ao longo do tempo.

Para entender melhor a temática abordada, o artigo terá uma introdução e será dividido em dois tópicos: o primeiro observará a homoafetividade em sua evolução e a lei que garante os direitos de vivência entre as pessoas de mesmo sexo e o segundo falará sobre o homossexualismo a luz da Bíblia, personagens homossexuais nas telenovelas e as práticas escolares de inclusão social quanto à família homoafetiva. Em seguida, as considerações finais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

2 HOMOAFETIVIDADE

2.1 Evolução

A família vem transformando seus paradigmas, se acentuando as relações ligadas aos sentimentos de afeto e felicidade ancoradas no princípio da dignidade da pessoa humana, ensejando reconhecimento do status jurídico e familiar das uniões não alicerçadas pelo casamento tradicional.

São muitos os estudos e pesquisas que revelam que a sexualidade humana é plural. Cada indivíduo é um ser único que sente e deseja de forma diferente do outro. É evidente que isso não deve necessariamente representar uma ameaça aos homens e mulheres heterossexuais, mas sim uma nova maneira de encarar as diferenças dentro deste contexto da sexualidade humana.

Comportamentos vistos como normais na Antiguidade passaram a ser rotulados de degenerados no século 19. Recentemente essa expressão da sexualidade deixou de ser considerada uma doença mental e sua orientação não era patológica. Há mais de um século a

psicanálise revelou que nossos grandes temores não vêm do outro, mas daquilo que desconhecemos em *nós mesmos*. Repudiamos o diferente e o "maldito". Um tabu de viver o afeto e o erotismo que precisa ser remediado. Assim foi com o sistema patriarcal e a verticalização das relações no interior das famílias.

As transformações psicossociais engendradas nestes mesmos parâmetros jurídicos exigem um processo lento e contínuo de superação de resistências e preconceitos. Essa constatação nos leva a antever um longo e difícil tempo de tensões e conflitos até que seja possível o reconhecimento social de qualquer tipo de escolha amorosa e de constituição de família. São transformações de valores culturais e de mentalidades.

Na década de 90 surge no meio educacional um conjunto de transformações educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que trouxe o fascículo com o tema transversal orientação sexual e que de certa forma consolidou o tema sexualidade nas escolas.

> O trabalho de orientação sexual visa propiciar aos jovens a possibilidades do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. [...] Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: corpo humano, relações de gênero e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/ AIDS. BRASIL, 2001, p.34.

O eixo corpo humano tem como foco o conhecimento e cuidados com o corpo. O gênero trata das questões dos papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade e a valorização de cada um. A prevenção às doenças tem como foco oferecer informações preventivas sobre as doenças que assolam a humanidade. Assim, os temas transversais foram escolhidos devido às urgências que a sociedade apresenta e por isso, ele incita que a forma ideal de viver a sexualidade devem ser as práticas monogâmicas, heterossexuais e reprodutivas e nunca uma prática homoafetiva.

Ainda assim, não se pode fechar os olhos para o óbvio. A homoafetividade existe e passa por discriminações e apelidos jocosos. Porém, a homoafetividade não se trata de um impulso automático e instintivo. Não se trata de uma opção e alternativa; de escolha e tampouco de um desvio de personalidade do indivíduo. Trata-se de uma simples variante natural da expressão sexual humana, merecedora de todo respeito e compreensão.

2.2 A LEI

Termo criado pela desembargadora e jurista Maria Berenice Dias com o

desiderato de diminuir a conotação pejorativa que se dava aos relacionamentos homossexuais. Tornou-se assim uma expressão jurídica. Embora não configurado como união estável (Superior Tribunal de Justiça), possui direito a pensão por morte e o auxílio reclusão, além de benefício de seguro da previdência social. A lei é a fonte do Direito. Nasce também do costume, que são as práticas e usos comuns do povo. Não se pode falar em lei sem levar em conta o seu conteúdo sociológico. A lei *"é um resultado da realidade social".*

Não obstante a inexistência de regulamentação expressa das relações homoafetivas, o artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil é claro em afirmar: "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". Desta maneira, há como princípio geral do Direito que aquilo que não é expressamente proibido, entende-se por permitido, e isso é o que estabelece a Constituição Federal, artigo 5º, inciso II, que ninguém será obrigado a deixar de fazer algo senão em virtude de lei. E ainda no seu § 2º, dispõe sobre a existência de princípios e garantias constitucionais implícitos e explícitos e mostra que a afetividade tornou-se elemento formador da entidade familiar da nossa sociedade atual.

A família é a base da sociedade brasileira e a lei não proíbe expressamente as uniões homoafetivas, e o seu não-reconhecimento caracteriza uma afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da dignidade da pessoa humana, cláusulas pétreas da Constituição Federal. Um dos marcos da discussão pelos direitos dos homossexuais se deu em 2011, quando o casamento gay foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, assegurando a esses casais os mesmos direitos dos casais heterossexuais. Segundo dados do IBGE, no Brasil existem mais de 60 mil casais homossexuais, número este considerável e que pode ser muito maior ao se considerar aqueles que omitiram sua orientação sexual em razão do preconceito que enfrentam no dia a dia.

Esta lei vem ao encontro dos interesses de um grupo social, que com representatividade na sociedade deve ter suas demandas e direitos assegurados pela lei. A fala e a manifestação pública que pregam a inconformidade do homossexualismo podem ser vistas como ações criminosas e devem ser expressamente repudiadas. É da essência da lei contemplar a todos, implicando acolhimento e tolerância.

"O fato de a Constituição tratar da união entre homem e mulher não significa negativa à união entre pessoas do mesmo

sexo. A Constituição tem como princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana, o direito à liberdade, à igualdade e o veto ao preconceito", pontuou um Ministro do Superior Tribunal Federal.

3. HOMOSSEXUALISMO À LUZ DA BÍBLIA

Somos tentados por desejos de coisas que o Senhor não permite. A primeira mulher do mundo desejou o fruto proibido no Éden. Milhões de pessoas desejam ganho desonesto. Centenas de pessoas desejam outras do mesmo sexo. Deus exige que aprendamos a nos dominar para não o desejo não supere os limites que Ele deixou ao nosso comportamento. Este é o princípio que tem que ser aplicado aos desejos homossexuais que algumas pessoas sentem.

Em vez de perder tempo e energia tentando explicar estes desejos na base da Genética, ou tentando por a culpa deles nas influências da infância, a pessoa que é tentada a ter relações sexuais com alguém do mesmo sexo precisa aprender a dominar seus desejos. Por que? Porque Deus condenou as relações homossexuais. O ato homossexual é conhecido desde os tempos antigos. Muito se tem debatido sobre isto seja em qualquer área, mas a que mais tem sido atacada pelos militantes homossexuais é a área da religião.

O que Deus diz na Bíblia sobre a prática homossexual? A Bíblia é imparcial e tolerante nesta área das preferências sexuais de cada um? Ou ela dita como deve ser nossa vida e conduta? Homossexualismo é algo normal, ou Deus abomina? Deus não criou Adão e Jacó, e sim um homem e uma mulher, só o relacionamento entre um homem e uma mulher que é plenamente realizado.

Deus fez dois seres distintos para viverem em harmonia um com o outro, pela lógica, quando pegamos um quebra cabeça, as peças precisam ser diferentes para se encaixarem. Para o Altíssimo o ato homossexual é pecado, embora várias linhas religiosas modernas tenham doutrinado a favor da prática homossexual.

De acordo com a Bíblia de Estudo Dake:

> Pelo também Deus os entregou às concupiscências do seu coração, à imundícia, para de que não desonrarem o seu corpo entre si; pois mudaram a verdade de Deus em mentira e honraram e serviram mais a criatura do que o Criador, que é bendito eternamente. Amém! Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão,

> cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro. E, como eles se não importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convém. (Rm 1:24-28 p.1797-1799).

O livro sagrado chama o ato homossexual de "paixões infames" e condena todo tipo de relacionamento homossexual, seja masculino ou feminino, ou seja, entre dois seres da mesma espécie. Portando o Senhor diz na sua palavra que o homossexualismo não é natural, ou seja, é contrario a natureza. É um relacionamento torpe e distorcido.

O Eterno Deus não criou outro ser de outro sexo a não ser estes dois: homem ou mulher. Um sinal evidente de Deus ter abandonado qualquer sociedade ou povo é que tais pessoas tornam-se obcecadas pela imoralidade e perversão sexuais proibidas.

Alguns homossexuais defendem que os protestantes tem preconceitos em desfavor deles, isso não é verdade, pois os protestantes são instruídos a amar à todos. Porém, o protestante não pode desfazer o que a Bíblia deixa claro sobre homossexualismo.

3.1 UM PERSONAGEM CONTRA O PRECONCEITO/NOVELAS

Em uma interpretação primorosa na pele do vilão regenerado Félix, o ator Mateus Solano leva o tema da homossexualidade para a casa das famílias brasileiras. Diálogo entre ele e Niko (personagem de Thiago Fragoso/Novela "Amor à Vida"/Rede Globo).

— Niko, sinceramente, não faço o seu tipo. E nem você o meu, diz Félix. — Félix, você não tem tipo. Você tem pressa. Eu chamei você para dormir no quarto de hóspede, diz Niko. — Você me chamou com segundas intenções, diz Felix. — Não sou esse tipo de pessoa que quer se aproveitar de alguém que chega aqui completamente por baixo, diz Niko. — Por baixo? Frase de duplo sentido, hein? Quem gosta de ficar por baixo? — Quê? Eu não gosto nem de ficar por baixo, diz Niko.

Outro caso famoso**:** Depois de assumir a relação homossexual com a jornalista Malu Verçosa, a cantora Daniela Mercury ganhou destaque na maioria dos veículos de comunicação nacionais e internacionais, em um momento bastante polêmico que divide opiniões sobre a aprovação das uniões homoafetivas. "Como todo mundo, quero ser aceita e ter minha liberdade respeitada. Não suportaria ficar escondida e o único jeito é tratar isso

como uma coisa natural, que é" disse Daniela a Veja.

A homossexualidade foi vastamente abordada pela teledramaturgia no ano de 2014. É evidente o quão importante é essa abordagem no que diz respeito a abrir os olhos das pessoas para enxergarem com naturalidade essas outras formas de relacionamento, mais do que isso, a respeitarem e aprender a conviver com elas.

Mais importante do que representar os gays em novelas, é de salientar a maneira com que os autores vêm tratando dos rótulos da sociedade. O homossexual sempre foi pintado com tintas muito fortes e estereotipadas.

Félix tinha essas tintas, mas por outro lado tinha o lado humano/carismático e de muita identificação com o público, mesmo o público em questão não sendo homossexual. Um cara que fala “pelas contas do rosário”, “salguei a santa ceia” e jargões do universo gay não podia estar dentro do armário. Ver dois gays se tornarem o principal casal romântico de uma novela é indício de que os tempos são outros. “É uma feliz junção de signos artísticos perfeitamente harmoniosos com uma nova etapa da evolução social”, afirma Mauro Alencar, doutor em teledramaturgia brasileira e latino-americana pela USP.

De fato, é um tema da agenda do País. Analisando as novelas dos últimos anos que tratam da homossexualidade, a questão vai além da causa homossexual, quebrando rótulos e estimulando o respeito a toda e qualquer manifestação afetiva e sexual. Fala de respeito e preservação da intimidade e ilustra um pouco dessas múltiplas sexualidades. Essa necessidade de enquadrar as pessoas em diferentes categorias deve ser o foco de novelistas e escritores, combatendo o preconceito. É claro que as novelas não irão acabar definitivamente com a mania que a sociedade tem de rotular, mas conscientiza para a realidade.

3.2 PRÁTICAS ESCOLARES DE INCLUSÃO SOCIAL QUANTO À FAMÍLIA HOMOAFETIVA

Conquanto não seja o único mecanismo de evolução social, a educação pode (sim) trazer inúmeras formas de desenvolvimento social para crianças e adolescentes, se tornando um ambiente de absorção de ideais que não estão em consonância com os princípios aceitos pela sociedade. Para a educação ser realmente a solução dos conflitos existentes, é necessária a estruturação geral, como a capacitação de professores, coordenadores e diretores, para uma escola aberta às diferenças e as mudanças constantes da sociedade.

Uma concepção de estímulo à pesquisa e reflexão dos alunos, fomentando um debate sobre a verdadeira realidade, proporcionando um pensamento crítico, o professor atuando como mediador das discussões, aí ocorrendo a mútua humanização de conhecimentos. Por isso a educação visa à inclusão de todas as crianças e adolescentes na escola, justamente para cumprir suas necessidades básicas, e neste contexto, a educação inclusiva pretende a captação de todos os alunos, com diversas capacidades e interesses, características e necessidades, para que possam, no decorrer do seu processo de aprendizagem, aprenderem o verdadeiro sentido da igualdade de oportunidades.

O espaço escolar deve ser um ambiente democratizado onde a toda a sociedade esteja representada, sem discriminação e preconceito.

> Kupermann pergunta qual seria a formação adequada para o/a professor/a na educação poder exercer seu papel na educação sexual. Ou então, quais seriam os atributos que deveria ter para realizar essa tarefa. Com certeza, muita informação a respeito do que seja a sexualidade e suas várias formas de manifestação, em cada período de desenvolvimento humano, [...] "mas principalmente a capacidade de escuta para com o que inquieta e aflige seus alunos, tolerância para com a diferença, em relação a vivência e aos ideais sexuais de cada um, e respeito ao próximo[...]".
> KUPERMANN,1999, p.92-93.

Importante se faz demonstrar como a educação pode incluir pessoas dentro de contextos históricos e cultuais distintos, pois a educação multicultural trata de um "conjunto de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas ao nível de sistema, da escola e da turma, cujo objetivo é promover a igualdade e eliminar formas de discriminação e opressão, quer individuais, quer institucionais". Por meio de um processo histórico de mudança da cultura de cada sociedade é que se rejeita ou se acolhe determinada família**.**

A própria cultura estabelece um limite para o que é permitido e o que não será aceito, e a exclusão da normalidade é traduzida por normas jurídicas proibitivas, o que não é o caso das famílias homoafetivas e da inclusão de seus filhos em escolas regulares.

Os professores são de grande importância para a disseminação de atitudes que constituam uma variável fundamental à promoção da integração e respeito pela diversidade, com a aplicação de práticas pedagógicas que visem à efetivação dessa igualdade. A partir do momento que a sociedade e a escola passarem a trabalhar

com a diversidade**,** vendo a diferença como algo comum, tem-se aí a educação inclusiva. Neste espaço de naturalização e inserção de discussão sobre os vários tipos de família, a escola deve transparecer a humildade e entender que a sociedade muda, advindo novas formas de família. É preciso praticar o conceito de interação/inserção. O Estado/sociedade e a escola devem assumir o papel da questão homofóbica vendo como um problema a ser solucionado e nesse contexto banir a discriminação/preconceito. Na escola se deve desenvolver a ideia de que vivemos e devemos respeitar as diferenças de cada um e de cada família. A família homoafetiva deve educar seus filhos de maneira a desenvolver e não aceitar no seio escolar as discriminações e preconceitos. A educação é a mais importante ferramenta de inclusão. Um espaço de conhecimentos e desenvolvimento dos alunos, bem como um local de naturalização das diferenças e opções sociais, culturais, econômicas, em relação a credo, cor, opção sexual, tudo num ambiente de tolerância e de respeito às diferenças.

CONCLUSÃO

Apesar de vivermos em um país de diferentes povos, com culturas diferentes e formas diferentes de se viver, a sociedade ainda é segregadora, principalmente quando se fala da inclusão de valores com relação a sexualidade. E na escola não é diferente. Os alunos com opção sexual diferente, por exemplo, ainda vivem a margem da sociedade e do público escolar, pois as políticas públicas, não atendem a demanda inclusiva tão almejada por todos aqueles que querem autonomia e respeito de valores.

Os professores tornam se inativos mediante seu lado profissional, por sentirem-se despreparados para lidar com as diferenças. As atividades do dia a dia escolar pedem mudanças de paradigmas e o professor já não responde às demandas, visto que necessita se preparar para a intervenção prática junto a essa clientela que grita por socorro e por um espaço de reflexão de valores e preconceitos, que muitas vezes parte dos próprios colegas educadores.

Logo, ao atuar como profissional, o docente precisa conduzir seu trabalho pedagógico dentro da ética, evitando transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas.

Por fim, é importante ressaltar que a Bíblia condena a prática do homossexualismo, que a sociedade é intolerante e que a escola precisa educar para a diversidade. Que a família deve

dialogar com a escola e posicionar-se mediante as telenovelas que passam em horário nobre, favorecendo assim, a atitude de respeito a diferença, garantindo o respeito e a participação de todos no meio social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional-Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas,2006.

BORBA, Marcelo de Carvalho/PENTEADO, Miriam de Godoy. **Informática e educação matemática**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Educação inclusiva: as boas e más noticias. In: RODRIGUES, D. (org.). **Perspectivas sobre a inclusão**: da educação a sociedade. Porto, 2003.p.91-92.

DAKE, Bíblia de Estudo. Livro de Romanos. Capítulo 1, versículo 24-28.

KUPERMANN, Daniel. Afinal, o que fazem com o “Juquinha”? Um ensaio sobre a educação sexual no ensino fundamental. In: DUNKEY, Gláucia (org.). Sexualidade e educação: Um diálogo possível. Rio de Janeiro:Grypus,1999.p.47-63. (Educação em Diálogo;v.2).

SILVEIRA, Viviane Teixeira. Gênero: como e por que compreender? In: Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria do Estado da Educação do Paraná, Curitiba, 2010.

Dias, Maria Berenice, desembargadora

Guilherme M. Fernandes, Graduado em Comunicação Social pela Faculdade de J. Fora Brandão, Cristina, Doutora em Teatro pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

BAUMAN, Zygmunt, e a nova Identidade.

PAULA, Cláudia Regina de. Educar para a diversidade C. Federal e Novo Código de Processo Civil